

Norbert Elias

**A Sociedade de Corte**  
*Investigação sobre a sociologia da realeza  
e da aristocracia de corte*

Tradução:  
Pedro Süsskind

Prefácio de Roger Chartier  
Tradução: André Telles

  
ZAHAR

## SUMÁRIO

Título original:

*Die höfische Gesellschaft*

Tradução autorizada da primeira edição alemã publicada em 1983 por Suhrkamp Verlag, de Frankfurt, Alemanha

Copyright © 1969, Hermann Luchterhand Verlag

Copyright © 1996, The Norbert Elias Stiftung, Amsterdã

Copyright © 1985, Flammarion, para o Prefácio de Roger Chartier

Copyright da edição brasileira © 2001

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 - 1º | 22451-061 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campanhe

Ilustração de capa: Pierre Patel, *Vue du Château et des Jardins de Versailles, prise de l'Avenue de Paris, 1668*

CIP-Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E41s Elias, Norbert, 1897-1990

A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte / Norbert Elias; tradução, Pedro Susekind; prefácio, Roger Chartier. — Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Tradução de: Die höfische Gesellschaft  
Anexos  
ISBN 978-85-7110-615-4

1. Aristocracia (Classe social). I. Título.

01-0960

CDD: 305.52  
CDU: 316.342.2

*Prefácio*, Roger Chartier 7

I Introdução: sociologia e história 27

II Observação preliminar sobre a formulação do problema 61

III Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais 66

IV Particularidades da figuração aristocrática de corte 85

V Etiqueta e cerimonial: comportamento e mentalidade dos homens como funções da estrutura de poder de sua sociedade 97

VI O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio 132

VII A formação e a transformação da sociedade de corte francesa como funções de deslocamentos sociais de poder 160

VIII Sobre a sociogênese do romantismo aristocrático no processo de curialização 219

IX Sobre a sociogênese da Revolução 267

— Anexo 1 274

Anexo 2 281

Notas 291

*Índice remissivo* 307

### III Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais

1. Isso que designamos como “corte” do Ancien Régime não passa de uma vasta extensão da casa e dos assuntos domésticos do rei francês e de seus dependentes, incluindo todas as pessoas que fazem parte daquela casa, de modo mais ou menos restrito. As despesas com a corte, com esse imenso domicílio do rei, superam as do reino da França como um todo, sendo encontradas nos registros sob a rubrica característica de “Maisons Royales”.<sup>1</sup> É importante recordar os primórdios dessa estrutura do domicílio real, para ver a linha evolutiva que levou a ela. A corte do Ancien Régime é uma descendente, muito diversa, daquela forma de dominação patriarcal cujo “germe deve ser procurado na autoridade de um senhor da casa, dentro de uma coletividade doméstica.”<sup>2</sup>

A autoridade do rei como senhor da casa em meio à sua corte tem um correlato no caráter patrimonial do Estado na corte, isto é, do Estado cujo órgão central é formado pelo domicílio do rei em seu sentido amplo, portanto pela “corte.”

Quando o príncipe, diz Max Weber,<sup>3</sup> organiza seu poder político... segundo os mesmos princípios do exercício de seu mando doméstico, então falamos de uma formação patrimonial de Estado. A maior parte dos grandes reinos continentais conservou um forte caráter patrimonial até o início dos tempos modernos, e mesmo durante a época moderna.

Em sua origem, a administração patrimonial é feita sob medida para satisfazer as necessidades domésticas do senhor, seus assuntos pessoais e privados. A obtenção de um domínio “político”, ou seja, o de *um* senhor sobre os outros,<sup>4</sup> não submetidos a seu poder doméstico, significou a incorporação, a esse poder, de relações de dominação que diferem, do ponto de vista sociológico, quanto ao grau e conteúdo, mas não quanto à estrutura.

Também é por esse lado que se deve entender a designação, feita anteriormente, da corte como “órgão representativo” no campo social do Ancien Régime. A dominação do rei sobre o país não passava de uma extensão, algo que era incorporado à autoridade do príncipe sobre a casa e a corte. O que Luís XIV (que marca tanto o ponto culminante quanto o ponto de virada desse desenvolvimento) empreendeu foi, por conseguinte, a tentativa de organizar o seu país como uma propriedade pessoal, como extensão da corte em que morava. Só é possível entender isso quando nos damos conta de que a corte representava para ele — e talvez

num grau mais forte do que para os reis que ainda lutaram pessoalmente contra os inimigos, no comando de seus exércitos — o espaço de atuação primordial e imediato, enquanto o país era o espaço secundário e indireto.

Tudo o que vinha das vastas possessões reais, de todas as partes do reino, tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao rei; e tudo o que vinha do rei tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao país. Mesmo o monarca mais absoluto só podia atuar sobre o seu país através da mediação dos indivíduos que viviam na corte. Assim, a corte e a vida na corte constituíam o local originário de toda a experiência, de toda a compreensão do homem e do mundo por parte do rei absolutista no Ancien Régime. Por isso, uma sociologia da corte é, ao mesmo tempo, uma sociologia da realeza.

De qualquer modo, como é facilmente compreensível, essa esfera de ação primária dos reis, a corte, não permanece intocada pela ampliação gradual e o crescimento incessante da esfera de dominação real. A necessidade que os reis tinham ao cabo de tal desenvolvimento de governar todo o imenso país a partir de suas casas ou através da corte onde residiam evidentemente transformava a própria corte, a “Maison du Roi”.<sup>5</sup> O produto visível desse efeito de troca entre a grandezza do país e a grandezza da moradia real é o castelo, é a corte de Versailles, dentro da qual as ações mais pessoais do rei sempre tinham caráter cerimonial de ações de Estado, assim como fora dela cada ação do Estado ganhava o caráter de uma ação pessoal do rei.

2. Nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidades de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial. De fato, sempre são *unidades de indivíduos* relacionados entre si, ligados uns aos outros. E mesmo que o modo ou o tipo dessas relações nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamentos humano corresponde uma determinada configuração do espaço onde aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e — literalmente — visível de suas particularidades. Portanto as formas de habitação dos cortesãos oferecem um acesso seguro e evidente para a compreensão de determinadas relações sociais características da sociedade de corte.

O traço marcante no modo de habitação desses indivíduos é o fato de que todos, ou pelo menos uma parte significativa deles, possuíam ao mesmo tempo um alojamento na casa do rei, no palácio de Versailles, e uma habitação, ou seja, um *hótel* na cidade de Paris. Além disso, a maioria ainda tinha casas de campo, que podem ser deixadas de lado no que diz respeito ao contexto de que tratamos aqui.

Não se pode considerar nem entender isoladamente, por si mesmo, o castelo de Versailles, verdadeira sede da corte francesa, residência tanto da nobreza cortesã

